

## Coluna do Castello

JORNAL DO BRASIL  
As razões da crise

### estão no governo

**P**ara o deputado Ulysses Guimarães o Congresso assistiu na última quarta-feira, quando foi rejeitada a Medida Provisória 296, a um "espetáculo de desagregação".

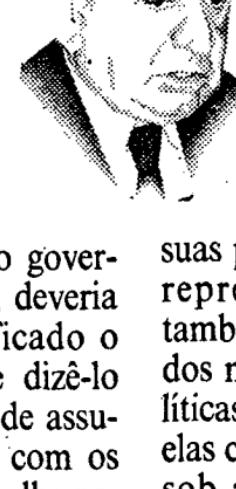
Ele põe a culpa no governo, que, a seu ver, deveria primeiro ter verificado o que podia fazer e dizê-lo francamente antes de assumir compromissos com os partidos. O que não lhe parece possível é a liderança firmar acordos para abandoná-los na última hora.

O ex-presidente da Câmara tem razão em atribuir o desfecho, na sua causa imediata, à confissão do líder Humberto Souto de que o governo retirava seu compromisso de fazer aquilo que ele havia acertado com o PMDB. Na verdade a negociação com o PMDB decorreu da convicção de que a bancada governista não acompanharia o líder. O governo só escaparia da derrota por uma negociação com o principal partido de oposição. Foi o que se fez e foi o que terminou por se desfazer, com o resultado que se viu.

Essa, uma causa. Outra e mais grave está na própria decisão dos deputados do PFL de negar apoio ao governo numa votação importante, embora declarada questão aberta pelo líder Ricardo Fiúza, que já sabia como seus líderes queriam votar. Fiúza e o senador Marco Maciel, antes da viagem do presidente Collor aos Estados Unidos, tiveram com ele uma conversa dramática. Advertiram que o PFL aguardava apenas uma oportunidade para demonstrar sua clara insatisfação com os métodos de convivência adotados pelo governo, especialmente os ministros que teoricamente representavam o partido.

Pessoalmente Ricardo Fiúza não se acomoda com a limitação da sua liderança à bancada do PFL. A ele, e não ao deputado Humberto Souto, deveria ser confiada a liderança do governo. Mas isso ele não disse ao presidente nem gosta que se divulgue. No fundo ele acha seu correligionário politicamente despreparado para a função, além do que isso implica diminuição do próprio partido que lidera. No entanto não é à essa notória rivalidade que se pode debitá-la crise. O ponto está mais acima ou mais abaixo, conforme o ângulo de visão.

Nega Fiúza que haja reivindicação fisiológica dos seus deputados. Eles



aspiram a ser tratados com respeito e consideração pelos ministros Chiarrelli e Guerra, que sabem como fazer para prestigiá-los nas suas bases e no entanto se limitariam a atender suas próprias clientelas. Os representantes do PFL também amariam ser ouvidos na formulação das políticas de governo antes que elas cheguem ao Congresso sob a forma de medidas provisórias ou de projetos de lei. O caso, por exemplo, do reajuste dos vencimentos dos servidores públicos teria encaminhamento muito mais fácil se o Ministério da Economia chamassem a bancada para discutir suas ideias antes de formulá-las numa medida provisória.

Essas razões preexistiam à votação da MP 296. E foram elas que determinaram a referida conversa de Fiúza e Maciel com Collor antes da sua viagem. Fiúza chegou a pedir desculpas por sua franqueza mas disse ao presidente que chegaria o dia de uma revolta para valer. Daí provavelmente a euforia do plenário do Congresso na quarta-feira com a derrota da medida provisória. A maioria da bancada do governo estava eufórica e a do PMDB, preocupada.

Por aí se vê que não havia razão para que o ministro da Justiça pedisse demissão. A coordenação política do governo fracassou mas não por insuficiência dos conhecimentos jurídicos do coronel Jarbas Passarinho. A chave está no comportamento do governo como um todo. Não está no ministro da Justiça, que não é todo o governo, nem nos líderes. Fiúza não aceita que se coloque o problema da fisiologia mas não há dúvida de que algo melhoraria se o ministro Marcílio Marques Moreira fosse devoto de São Francisco de Assis e não do Santo Antonino de Firenze.

Quanto a Passarinho também não creio que, embora mencionando a hipótese, tenha pedido demissão do cargo. A versão de Cláudio Humberto, de que não houve tal medida, se ajusta melhor ao perfil do senador. Passarinho afinal, antes do Ministério da Justiça, passara por três outros ministérios. Em nenhum deles incomodou os presidentes que nele confiaram com pedidos de demissão. O ministro, embora tivesse examinado alternativas em face de uma crise que envolvia sua autoridade, não mudou de estilo.